

O SERTÃO DE MINAS IRRIGADO: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E MUNDO DOS TRABALHADORES

THE IRRIGATED BACKLANDS OF MINAS: AGRICULTURAL MODERNIZATION AND THE WORKERS' WORLD

Auricharme Cardoso de MOURA*

Resumo: Na segunda metade do século XX, o norte de Minas Gerais era apresentado pelo discurso hegemônico como “sertão”, o que era visto como sinônimo de atraso, inferioridade e isolamento. Para superar este panorama, empresários rurais, imprensa, agentes e agências governamentais defendiam a criação de perímetros irrigados como mola propulsora do progresso, do desenvolvimento e da modernidade. Contudo, o projeto de “irrigar o sertão” criou mecanismos de exclusão social a partir de desapropriações e negação de direitos dos pequenos e médios produtores rurais. Os diversos documentos elencados (narrativas orais, jornais, relatórios produzidos por órgãos públicos, decretos judiciais e endereços eletrônicos) possibilitaram compreender memórias forjadas dialeticamente dentro do movimento histórico envolvendo trabalhadores, agências governamentais e empresários rurais.

Palavras-chave: Sertão; Trabalhadores; Hegemonia; Norte de Minas.

Abstract: In the second half of the 20th century, the north of Minas Gerais was presented by the hegemonic discourse as backlands, which was seen as a synonym of backwardness, inferiority, and isolation. In order to overcome the overview, rural entrepreneurs, press, agents, and governmental agencies defended the creation of irrigated perimeters as the driving force of progress, development, and modernity. However, the project to irrigate the backlands produced mechanisms of social exclusion from the expropriation and denial of rights of small and medium-sized rural producers. Various documents listed (oral narratives, newspapers, reports produced by public entities, judicial decrees, and electronic addresses) enabled the understanding of dialectically forged memories in the historical movement involving workers, government agencies, and rural entrepreneurs.

Keywords: Backlands; Workers; Hegemony; North of Minas.

Introdução

Quando, em 16 de maio de 1978, o então Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), o engenheiro José Osvaldo Pontes¹, em palestra proferida na Comissão de Agricultura do Senado Federal, salientou que “a partir desta década, a finalidade da Autarquia passou a ser a valorização hidroagrícola das terras agricultáveis do Nordeste, através de uma agropecuária racional e moderna, visando à competitividade da economia de mercado” (PONTES, 1978, p.09), ele expressava anseios, desejos e expectativas de certos grupos sociais.

* Doutor em História – Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Rede Estadual de Ensino em Tanhaçu/BA. E-mail: auri.historia@hotmail.com.

Tendo como referência o modelo norte-americano de irrigação, o governo brasileiro, a partir de 1970, insere esta tecnologia nos planos, projetos e metas de desenvolvimento da agricultura nacional. O “alívio da pobreza”, “combate à seca” ou “superação da pobreza”, termos usados por instituições financeiras norte-americanas para justificar empréstimos para a construção de perímetros irrigados em regiões semiáridas do Brasil, faziam parte de uma hegemonia internacional onde a política e ideologia do desenvolvimento criavam novas formas de expansão e acumulação capitalista.

Segundo o planejamento estatal, a irrigação poderia reduzir as desigualdades regionais, aumentar a produção e a produtividade agrícola, dinamizar a agropecuária no semiárido e incentivar a geração de emprego e renda. De acordo com este propósito, segundo levantamento feito pelo Banco Mundial (2004, p. 20-21), entre as décadas de 1970 a 1990, foram investidos mais de R\$ 2 bilhões em obras de irrigação, abrangendo uma área de aproximadamente 600 mil hectares, divididos entre a iniciativa privada (400.000 ha.) e o setor público (200.000 ha.).

Na década de 1970 foram construídos, no Norte de Minas, os projetos Gorutuba (em Nova Porteirinha²), Pirapora (no município homônimo) e iniciado o projeto Jaíba (que abrange Jaíba e Matias Cardoso). Esses projetos, com exceção do Pirapora, estão inseridos na região do Médio São Francisco, sendo que o primeiro tem como fonte hídrica o rio Gorutuba e os demais o rio São Francisco. De acordo com a Codevasf (1990, p. 07), entre 1971 a 1989, a superfície irrigada norte-mineira saltou de 486 para 52.761 hectares, o que foi visto como indicativo de que o progresso estava triunfando diante de estruturas sociais e econômicas consideradas arcaicas.

A defesa da irrigação fortalecia o ideal de “vocação agrícola” do Norte de Minas, contudo, a partir da segunda metade do século XX, teria pressupostos e definições voltadas para a expansão das relações capitalistas no campo. A vocação agrícola regional estaria baseada na prática e incorporação de novos termos e palavras, a exemplo de mercado, negócios, modernização/modernidade, eficiência produtiva, empresa/empresário rural e cadeia produtiva em substituição a expressões como tradições, costumes, enxada, produção para autoconsumo/subsistência, agricultura de sequeiro, camponês/campesinato e pequena lavoura.

De polígono das secas ao polígono irrigado: narrativas, relações e práticas hegemônicas

Ao dissertar sobre os relatos de viagens de naturalistas europeus que passaram pelo Norte de Minas no século XIX, Osmar Oliva denuncia o “fascismo da linguagem” destes

escritores ao considerarem-se “cientistas, superiores, racionais e civilizados, enquanto o sertanejo é o inculto, o preguiçoso, o bárbaro” (OLIVA, 2009, p. 187). A diferença entre “nós” e “eles”, constituiu um ponto de entrave e distanciamento que marcou as posições e ideias destes escritores. Não houve a busca por alteridade ou por uma convivência em longo prazo para entender os modos de vida dos sertanejos, ao contrário, foram levantadas barreiras e representações negativas que estereotipavam e rebaixavam tais sujeitos.

Em seu livro “Grande Sertão: Veredas”, publicado em 1956, João Guimarães Rosa constrói uma imagem ambivalente do sertão: ao mesmo tempo em que é retratado como árido e despovoado, é habitado por homens fortes e valentes, em meio a uma fauna e flora tidas como exuberantes. Tendo como recorte espacial os “gerais” das Minas, o autor apresenta o sertão como terra sem lei, “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias” (ROSA, 2006, p.19), lugar de privações, “sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza” (ROSA, 2006, p.26), inabitado, “terras muito deserdadas, desdoadas de donos” (ROSA, 2006, p.502) e de contradições, “sertão: quem sabe dele é o urubu, gavião, gaivota, esses pássaros: eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com o olhar remedindo a alegria e misérias todas” (ROSA, 2006, p. 574).

Com o passar dos anos, a ideia de sertão foi dando lugar a de interior. Aquele termo ficou restrito a regiões brasileiras marcadas por longas estiagens, como o Nordeste e o Norte de Minas. O sertão e o sertanejo, contudo, permaneceram presos a juízos e ideias originárias do século XVI que foram acrescentadas com a representação de “vítimas” das secas (AMADO, 1995).

Nos anos do regime militar (1964-1985), a dicotomia existente entre atraso e modernidade voltaria a compor os debates políticos e acadêmicos diante das metas e projetos de desenvolvimento que estavam postos naquele período. Criou-se, pois, a imagem dos “dois brasis”: um considerado aberto, moderno e civilizado, representado pela cidade, e outro tido como fechado, arcaico e atrasado, sendo representado pelo campo. No país, existiria, pois, o “velho, representado pelo imobilismo do interior (o sertão da pecuária, do latifúndio, do coronelismo, do agrarismo tradicional), e o novo, representado pelo litoral, que se vincula à indústria, ao grande comércio, às formas avançadas de civilização, ao dinamismo” (CASTRO, 1979, p.35).

Esta visão dualista, criticada por vários pesquisadores (OLIVEIRA, 2003), colocou a agricultura como um entrave para o desenvolvimento socioeconômico nacional por não acompanhar as mudanças e evolução tecnológica de países desenvolvidos, tendo como referência os Estados Unidos. Os tecnólogos e burocratas do governo militar passaram a

defender a tese de que a transformação do campo era condição essencial para aumentar a produtividade com o objetivo de abastecer a crescente população urbana e melhorar as condições de vida dos produtores rurais.

Neste sentido, fazia-se necessário corrigir as disparidades regionais e integrar regiões consideradas pobres e atrasadas ao desenvolvimento nacional. Partindo deste pressuposto, o Norte de Minas e o Nordeste brasileiro, regiões pertencentes ao chamado Polígono das Secas³, receberam atenção do Governo Federal segundo a ideia corrente de desenvolvimento como sinônimo de um futuro melhor.

Tornando-se lugar comum após a Segunda Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento, no seu sentido econômico, foi difundida para marcar diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos onde os primeiros seriam espelho e ideal a ser alcançado pelos segundos. Entre as próprias nações consideradas pobres houve uma divisão entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, como descrito no caso dos “dois brasis”.

O desenvolvimento como meta a ser alcançada esteve muito presente na segunda metade do século XX no Brasil e, em particular, no Norte de Minas. Nas teses das “duas Minas”, o Norte do Estado, apresentado como o sertão pobre, deveria mudar sua base técnica e produtiva para acompanhar a riqueza e opulência de outras regiões, como o Triângulo Mineiro, Sul e Centro.

Os discursos políticos, empresariais e da imprensa acerca do Norte de Minas serviam a interesses de uma classe industrial e agrícola baseada na ideia de modernização econômica. De acordo com tal narrativa, o atraso, a seca e a pobreza foram ressaltados e difundidos como relevantes justificativas para a solicitação/liberação de recursos financeiros e humanos por parte do governo federal e estadual.

No seu estudo sobre o regionalismo político norte-mineiro, Laurindo Mekie Pereira (2007) salienta, entre outras questões, a participação de fazendeiros, industriais e comerciantes na construção de uma ideologia de cunho regionalista que, ao retratar o Norte de Minas como assolado pelos fatores climáticos, procurou encobrir as clivagens sociais e reclamar junto ao poder público um tratamento diferenciado, o que incluía incentivos fiscais, créditos e financiamentos para a região.

Destarte, a classe dominante dos municípios de Janaúba e Porteirinha, localizados no Vale do Gortuba⁴, procurou se posicionar a favor de transformações consideradas adequadas aos “novos tempos”. Os “ideólogos do desenvolvimento” defendiam a necessidade de racionalizar não apenas os produtos agrícolas, mas também os modos de vida dos trabalhadores,

vistos como incompatíveis com os conceitos de civilidade, moralidade e modernidade (MOURA, 2019).

O Vale do Gortuba, até meados do século XX, não tinha sido contemplado com investimentos públicos ou privados por ser considerado um lugar inóspito e pouco habitado. Um incipiente mercado de terras começava a ser gestado na região a partir dos boatos da chegada do transporte ferroviário. Na década de 1940, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil (E.F.C.B), os municípios de Janaúba e Porteirinha passaram por um processo de transformação econômica, social e demográfica. Para a construção da ferrovia no “sertão de Minas”, o Governo Federal determinou que as terras do Vale do Gortuba eram devolutas devido à falta de documentos que comprovassem a existência de proprietários particulares.

Para expandir o trecho entre Montes Claros-Monte Azul⁵ (os municípios de Janaúba e Porteirinha estão localizados neste espaço) os engenheiros da E.F.C.B, conforme Simone Narciso Lessa (1993, p. 200), salientavam que a pobreza, as terríveis condições de vida, facilidade para o deslocamento dos sertanejos e a necessidade de controle daquela população eram justificativas suficientes para que o Governo Federal financiasse o avanço dos trilhos. A linha férrea cumpriria um papel não apenas econômico, mas também político e simbólico: levar a “brasilidade” e “sentimento patriótico” aos sertanejos “sem identidade” que viviam em regiões distantes dos centros urbanos.

Esta tentativa de colonização a partir da racionalidade e planejamento estatal tinha um cunho nacionalista ao tentar promover a “integração nacional”, ou seja, inserir regiões defasadas social e economicamente ao progresso e desenvolvimento nacional. Mesmo que a colonização não fosse, naquele momento, levada adiante, percebe-se uma preocupação de agentes estatais quanto ao “controle” e organização da população do Vale do Gortuba.

O termo “integração”, usado em diversos momentos do século XX para justificar a intervenção estatal no Norte de Minas, não compreende ou problematiza as contradições ocorridas no campo das relações sociais pois é um conceito ideológico usado de acordo com os interesses dominantes. A integração pretendida não era apenas geográfica ou econômica, mas também procurava padronizar formas de trabalho e vida, o que acabava por apagar e subjugar as experiências dos sujeitos a valores e hábitos considerados civilizados.

A partir da década de 1960, a irrigação passou a ser a “menina dos olhos” da classe dominante e de seus aparelhos privados de hegemonia⁶ que atuavam no Vale do Gortuba. A criação de um perímetro irrigado aparecia prioritariamente como “redenção”, denotando um caráter social necessário para legitimar-se perante à população.

Ao longo da década de 1970, o jornal *O Gorutuba*⁷ noticiava os males e as consequências da seca no objetivo de sensibilizar e chamar a atenção dos políticos e das lideranças para que pudessem “socorrer” a região. A cronologia das reportagens indica como a imprensa primeiramente criava um cenário sensacionalista onde destacava-se a calamidade, miséria e catástrofe socioeconômica para posteriormente cobrar de entidades governamentais a construção do lago artificial. Em 28 de fevereiro de 1971, a manchete do jornal era “sêca leva pânico ao norte-mineiro” (O GORUTUBA, 1971, p. 01), na semana seguinte, em caixa alta, era noticiado que “Minas pede a SUDENE para combater a sêca” (O GORUTUBA, 1971, p. 01) e, em 14 de março daquele ano, a primeira página tinha como título “Bico da Pedra” (O GORUTUBA, 1971, p.01), salientando que a barragem seria a salvação para o Vale do Gorutuba.

Durante aquelas três semanas foi criada uma estratégia jornalística que fazia da imprensa não um simples meio de comunicação, mas um aparelho que procurava alcançar os corações e as mentes da população. No contexto da seca, o noticiário procurava, diante do imaginário coletivo, transformar a irrigação em um objetivo a ser atingido, uma meta a ser alcançada, uma promessa a ser cumprida e a ideia de que o futuro seria melhor do que o passado. O “combate à seca” transforma-se em discurso que se assentava na perspectiva de que políticas consideradas como desenvolvimentistas solucionariam os problemas sociais e econômicos das regiões semiáridas, negligenciando o fato de que tais intervenções, historicamente, têm servido e aberto novas possibilidades de avanço do capital.

Desta forma, os problemas são condicionados às secas, o que acaba por eximir políticos e fazendeiros como produtores de relações de exploração e dominação. A imprensa cria sentidos e interpretações sobre as terras e seus homens que ao longo do tempo exhibe o horror da seca, todavia não é possível dissociar o sertanejo de uma imagem de flagelo, o que acaba por naturalizar a pobreza no Norte de Minas.

Nas reportagens do jornal “O Gorutuba”, os pequenos produtores rurais não tinham falas, rostos, nomes ou personalidades que permitisse ao leitor criar uma imagem a seu respeito diferente daquela depreciativa, estigmatizada e essencializada. Suas vontades, experiências e tradições desapareciam perante as representações, constantemente repetidas, de atraso e miséria.

Segundo reportagem do *O Gorutuba* (1967, p.01), no final dos anos 1950 foi criada a Associação Rural de Janaúba que, em sua maioria, era composta por pecuaristas do município. Em 1967, a referida entidade recebeu a “carta de sindicalização”, transformando-se no primeiro sindicato do Norte de Minas.

A classe ruralista de Janaúba procurou criar/fortalecer a imagem de caos, fome e miséria da região com o objetivo de que o governo “combatesse a seca” procurando, desta forma, concentrar os investimentos e incentivos realizados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)⁸. Os fazendeiros de Janaúba, Porteirinha e Montes Claros buscaram exercer pressões e *lobbies* junto a políticos diversos no objetivo de que os investimentos e recursos “públicos” se concentrassem nestes municípios e não em todo o “atrasado” Norte de Minas.

Sob o mantra e a ideologia do desenvolvimento, diversos agentes e entidades que atuavam junto à sociedade civil somaram esforços objetivando “melhorar” o Vale do Gorutuba por intermédio da irrigação, como pode ser expresso na reportagem abaixo

Integrando a comissão municipal de Janaúba, chefiada pelo dinâmico prefeito Eduardo Nogueira, Edgar Barbosa, assessor de assuntos municipais, Valdir Nunes, presidente do sindicato ruralista, Wildemar Cruz, presidente da Cotejan industrial e Bicalho Brandão, diretor de “O Gorutuba”, compareceu ao chamamento do governador Israel Pinheiro para participar da reunião da SUDENE que se realizou dia 22 do mês findo, em Montes Claros (O Gorutuba, 1967, p.01).

A comissão era formada por representantes da política local, imprensa e indústria. Seu objetivo requerer maiores investimentos para Janaúba, usando como justificativa o fato daquele município integrar a Área Mineira da Sudene (AMS). O pertencimento à AMS foi constantemente usado pela classe dominante regional no sentido de fazer um jogo duplo, se identificando ora como “Minas”, ora como “Gerais”, segundo as conveniências e interesses de cada momento histórico.

A comissão que participou de reuniões em Montes Claros solicitou vários “melhoramentos”, entretanto, uma atenção maior era dada a construção da barragem Bico da Pedra, uma obra necessária para viabilizar o sonhado Projeto de Irrigação do Gorutuba (PIG). A localização geográfica e as deficiências sociais e econômicas da população constituíam justificativas para cobrar da Sudene ações e investimentos.

A criação de relações e laços por parte de agentes e agências que atuavam junto à sociedade civil com políticos oriundos do Norte de Minas, especificamente de Janaúba e Porteirinha, constituía um importante caminho para que a construção da barragem estivesse na pauta de discussões e investimentos do Ministério do Interior (MINTER)⁹ e de autarquias a ele subordinadas, como o Dnocs e a Sudene.

A despeito dos louvores e agradecimentos direcionados pela imprensa a diversos políticos considerados como os responsáveis por algumas obras na região gorutubana, como

escolas, postos de saúde, bancos e instalação de comarcas, destacamos os nomes de Edgar Martins Pereira¹⁰ e Simeão Ribeiro Pires¹¹. Ambos apareciam constantemente na imprensa local e regional como os mais “intrépidos defensores” da construção da barragem do Bico da Pedra.

A edição de 31 de março de 1968 do periódico *O Gorutuba* destacou atividades do então Deputado Federal Edgar Martins Pereira

O deputado Edgar Pereira, incansável defensor desta região junto aos poderes Federal e Estadual, enviou, através da mesa da Câmara dos Deputados, requerimento solicitando ao Sr. Ministro do Interior informações sobre em que situações se encontram as obras do açude do Bico da Pedra, conforme abaixo publicamos.

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve requer à Mesa que nos termos e prazos regimentais, sejam formuladas ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, as seguintes perguntas:

- 1) Quais as providências atuais do Ministério do Interior com referência à continuidade das obras do Açude Público do Bico da Pedra, município de Janaúba, MG?
- 2) Quais os estudos e levantamentos que ainda faltam e fazem necessários para o início da construção da barragem?
- 3) Quais os prazos para a conclusão desses estudos e levantamentos e a que firmas ou outras entidades governamentais foram confiadas?
- 4) No caso de já se terem concluídos esses estudos e levantamentos, quais as causas que impedem o pronto início das obras de construção da referida barragem?

Edgar Martins Pereira
(O GORUTUBA, 1968, p.01)

A classe dominante, usando da influência que mantinha sobre a população, contribuiu substancialmente para que representantes do Norte de Minas fossem eleitos para o Congresso Nacional, o que permitia criar um caminho para que interesses locais e regionais fossem concretizados através da força que o novo parlamentar viria a exercer na esfera da União.

Nas questões elaboradas pelo Deputado Edgar Pereira ao MINTER, percebe-se que o emprego de termos como “providências” e “prazos” revela uma cobrança no sentido de que o responsável por aquela pasta elaborasse um cronograma das obras de irrigação e que a mesma tivesse prioridade devido aos problemas hídricos e econômicos do vale gorutubano. O discurso regionalista que retratava o Norte de Minas como abandonado e esquecido, bem como a representação do produtor rural como coitado e eterna vítima das estiagens climáticas, foi largamente usado por políticos e intelectuais que tomaram para si a “missão” de superar aquela realidade.

Simeão Ribeiro Pires foi um grande defensor da construção da barragem do Bico da Pedra. Ao analisar a mobilização de frações da classe dominante para a obtenção de um tratamento privilegiado/diferenciado para o Norte de Minas por integrar a Área Mineira da Sudene, Laurindo Mekie Pereira destaca que Simeão Ribeiro foi “um dos principais formuladores da ideologia regionalista, desempenhando o papel de *intelectual* das classes dirigentes, organizando-as, contribuindo para lhes dar homogeneidade e exprimirem-se política e economicamente” (PEREIRA, 2007, p.106).

Em mensagem encaminhada ao jornal *O Gorutuba*, em setembro de 1968, Simeão procura conferir uma direção à classe dominante regional

Vamos olhar para o futuro! Descortinar dias de progresso para os nossos filhos.

Vamos lutar pela barragem do BICO DA PEDRA, que quando construída será a 5ª (quinta) barragem do Brasil.

Só de imaginarmos um largo a ser de mais de 45 quilômetros de extensão, nós teremos em plena zona das sêcas –exatamente onde se situa Janaúba–, fato positivo a modificar o nosso clima hostil, a permitir uma grande obra de irrigação, e por outro lado, ser um manancial robusto a fornecer água e energia elétrica e força para as várias de nossas cidades, inclusive o meio rural.

Acreditamos que abrirá um novo capítulo para a nossa abandonada região.

Antes e depois da barragem do Bico da Pedra (O GOTUTUBA, 1968, p.01).

Ao fortalecer a imagem do Norte de Minas como região esquecida e abandonada, Simeão Ribeiro Pires intencionava aumentar as chances de liberação de recursos financeiros pela Sudene. Seu discurso mostra que a miséria e a seca, para além de uma realidade histórica, em determinadas circunstâncias, eram justificativas para aquisição de incentivos e investimentos para a referida “região”, leia-se grupos de interesse.

Os fatores naturais, “clima hostil”, abandono e esquecimento por parte do Governo Federal são destacados por Pires como responsáveis pelo atraso da região. O “novo capítulo” seria construído por intermédio da ciência e tecnologia de modo que a história do vale gorutubano teria como marco divisor a barragem do Bico da Pedra.

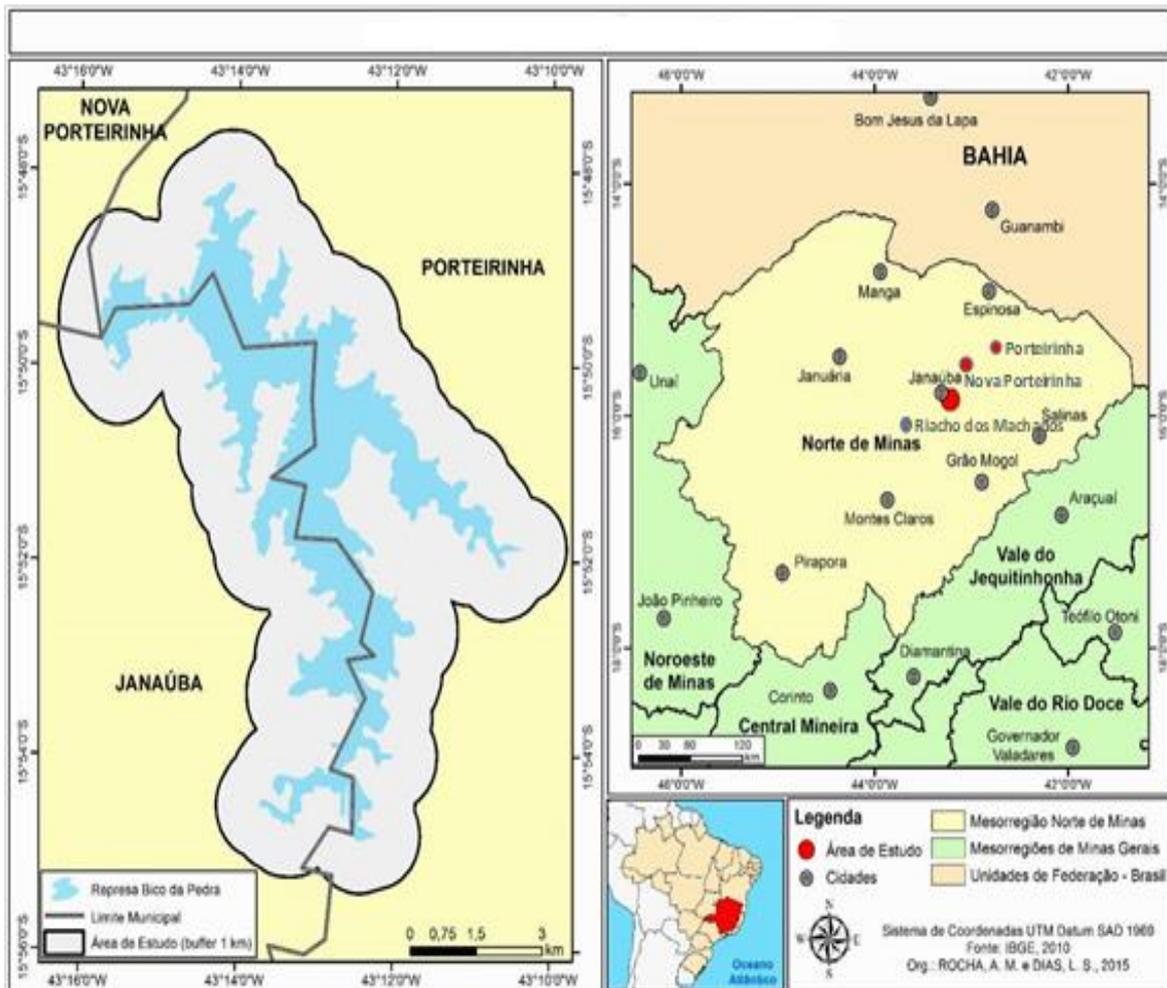
O desenvolvimento envolve, pois, relações de poder, de transformar antigas configurações sociais, produtivas e econômicas em novas e evoluídas estruturas sob a égide da racionalidade e do planejamento. Este processo não acontece a partir do esforço de um único agente ou de ações isoladas de determinados aparelhos privados de hegemonia. É da articulação de diferentes redes e instituições, denominada por alguns pesquisadores de “consorciação” (RIBEIRO, 2008), que apreende-se como se constitui o *modus operandi* do desenvolvimento. A modernização agrícola no Norte de Minas, tendo a irrigação como símbolo e fator propulsor,

se constituiu enquanto projeto político, econômico, territorial e ideológico na medida em que frações da classe passaram a exercer pressão e influência em aparelhos e agências do poder político ligadas à agricultura, notadamente ministérios, secretarias e autarquias.

Diante das estiagens que marcaram o Norte de Minas Gerais na década de 1970, o MINTER passou a priorizar, na Área Mineira da Sudene, a construção da barragem do Bico da Pedra devido à importância social e econômica a ela conferida.¹² A instalação da 1ª Diretoria Regional da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba), em Montes Claros, no ano de 1976, atendia aos anseios da classe dominante por ser a entidade responsável, na região do Médio São Francisco, pela construção de barragens.

As pressões, redes e relações forjadas por diversos sujeitos e instituições teve resultado: a barragem foi iniciada no final de 1976. Era divulgada como a maior de toda a área mineira da Sudene e uma das dez maiores do Nordeste, sendo que o represamento das águas do rio Gorutuba e o início das obras de irrigação prometiam transformar o Vale do Gorutuba no “celeiro agrícola mais importante de todo o Estado” (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979, p. 39).

Imagem 01: Localização da Área de Estudo



Fonte: DIAS; LEITE; ROCHA, 2015, p. 228.

No dia da inauguração da represa, 09 de março de 1979, *O Gorutuba* circulou com 12 páginas, procurando expressar sua satisfação e participação naquele “histórico acontecimento”. Em um texto, em caixa alta, que ocupava metade da página, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba se manifestou da seguinte maneira

A data é festiva. Sua importância é histórica. Hoje, 9 de março de 1979, é inaugurada a barragem do Bico da Pedra.

Agora o nosso desenvolvimento tem um marco divisório: antes e depois da barragem do Bico da Pedra. Antes, um processo agrícola caracteristicamente sertanejo, rudimentar, artesanal mesmo. Depois, a técnica sofisticada de aproveitamento da terra, o processo mecânico de irrigação. É mais um ponto a favor da inteligência humana, aproveitando o potencial natural do rio Gorutuba.

Os ruralistas deste município também estão em festa, têm uma visão otimista do futuro. O processo é irreversível, o desenvolvimento é certo. Não há sombras (*O Gorutuba*, 1979, p. 11).

Os relatórios, reportagens da imprensa e discursos até aqui analisados expressam o tempo do capital, o tempo único do progresso e da evolução que arrasta a tudo e a todos de modo atemporal e universal. O progresso transforma-se em ideologia, crença e filosofia que serve, entre outras causas, para elucidar a história a partir de um ponto de vista factual e evolutivo onde somente aqueles considerados mais aptos e capazes sobrevivem.

“Além de ser pobre, fui desapropriado”: experiências e memórias dos expropriados da terra

Para garantir a construção da chamada bacia hidráulica (a barragem do Bico da Pedra) e a bacia de irrigação (o perímetro irrigado do Gorutuba), o Governo Federal determinou, por intermédio do art. 1º do decreto nº 71.179, de 29 de setembro de 1972, assinado por Emílio Garrastazu Médici, que diversas propriedades deveriam ser desapropriadas por serem consideradas de utilidade pública e interesse social. As expropriações efetivaram-se em duas etapas: de 1974 a 1976, a responsabilidade era do Dnocs e, posterior àquela data, a função seria da Codevasf. A maioria dos desapropriados era pequenos produtores rurais que sobreviviam da agricultura de subsistência, criação de animais, da pesca e prestação de serviços nas fazendas da região.

O direito integra o constructo ideológico e político criado e difundido pela classe dominante no sentido de manter as estruturas de poder. Uma concepção “ampliada” do direito não deve entendê-lo como algo natural ou fora do processo de luta de classes, mas como um ordenamento usado pelo Estado na busca pelo consentimento social e ligado a interesses de determinados grupos sociais. Desta forma, o sistema jurídico faz parte do processo de destruição e criação de determinados modelos de civilização e sociedade.

O direito, como elemento indispensável ao projeto hegemônico, deveria ser apresentado à opinião pública como universal, neutro e garantidor de benefícios coletivos, justamente estes pressupostos que estavam explícitos nos fundamentos do decreto expropriatório de 1972. A declaração de utilidade pública e interesse social procurava impor a determinados proprietários a perda de um bem tendo como finalidade o interesse superior da sociedade. Destarte, a desapropriação, supostamente visando o bem comum em contrário ao interesse individual, constitui a única situação em que o Estado pode confrontar-se com o direito à propriedade particular que, desde a concepção liberal, é vista como algo inviolável e sagrado.

Foram expropriadas, segundo a Codevasf (1977, p.06), 13.429 hectares de terras, atingindo um total de 464 famílias. Contudo, este dado é questionado por alguns pesquisadores e entidades representativas dos pequenos agricultores. De acordo com Carlos Dayrell, “até 1980

foram desapropriados cerca de 2000 famílias da margem direita e da bacia de inundação para a execução do projeto Gorutuba” (DAYRELL, 1989, p.16). Levantamentos realizados no início da década de 1980 pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) convergem com os números apresentados por Dayrell.

Entidades representativas dos trabalhadores atentaram para o fato de que o cadastro das entidades governamentais expropriadoras registrou apenas o inventariante, não levando em consideração que em uma única propriedade poderia haver várias famílias, a exemplo dos filhos casados que viviam com os pais, os parceiros, arrendatários, posseiros e agregados. Estes sujeitos também foram atingidos pela construção da barragem e pelo PIG, contudo, não receberam nenhum tipo de indenização por não terem seus nomes nos inventários ou registros dos imóveis. Compreendemos, pois, que a definição de “atingido” não pode se restringir e limitar apenas àquelas pessoas consideradas proprietárias da terra uma vez que, direta ou indiretamente, centenas de outros sujeitos também tiveram seus direitos negados e formas de vida e trabalho alteradas.

O discurso dominante procura negligenciar que a modernização agrícola foi um processo que colocou em evidência modelos diferentes de desenvolvimento rural. Se, por um lado, os perímetros irrigados foram vistos pelos agentes governamentais e pelos empresários como forma de progresso social e econômico, por outro, os produtores rurais viram nestes empreendimentos uma ameaça à posse de suas terras.

Para os órgãos governamentais responsáveis pelas expropriações, a “questão social” tinha sido resolvida no momento em que os sujeitos foram expulsos de suas propriedades, não existindo nenhum projeto de reassentamento no campo ou na cidade. Tais entidades se eximiram em solucionar quaisquer tipos de problemas ou situações dos desapropriados com a justificativa que tinham como função legal apenas pagar as indenizações.

Os entrevistados¹³ se apresentaram como produtores rurais, lavradores, trabalhadores, pequenos proprietários e/ou como “fracos”, entendido como sinônimo de pobres, uma vez que constantemente se comparavam aos fazendeiros que são tidos como “grandes” ou “fortes”. Contudo, o termo “fraco” indica, mesmo de forma limitada, uma consciência da desigualdade existente e pertencimento a determinado grupo social.

Obrigados a abandonar o patrimônio material, social e cultural construído ao longo do tempo, os trabalhadores enfrentaram várias dificuldades para se integrarem a novos espaços e atividades produtivas. As narrativas indicam que famílias inteiras perambulavam pela região gorutubana sem dinheiro, bens ou perspectiva de retorno ao campo. Eram crianças, idosos,

homens e mulheres que se submeteram a formas diversas de vida e trabalho, algumas delas cruéis e degradantes.

Como os recursos financeiros muitas vezes eram insuficientes, algumas famílias foram morar “de favor” nas residências de parentes e amigos, outras procuraram emprego nas fazendas da região e algumas migraram para os grandes centros urbanos, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A terra era tida como um lugar de reconhecimento e pertencimento, um espaço no qual os proprietários desenvolviam práticas de sociabilidades, trabalho, lazer e diversão. Não se trata apenas de pensarmos a terra como elemento monetário, pois é preciso compreendê-la, nesse caso, como ponto fulcral das relações sociais e culturais, isto é, a espacialização do homem do campo se justifica pelas suas relações cotidianas. Analisando a partir desse prisma, entende-se que o espaço vivido pelos sujeitos não se restringe apenas às questões econômicas, as quais também não podem ser negligenciadas.

Concordamos com Alessandro Portelli (2002) quando salienta que diante de eventos traumáticos, e a perda da terra se constitui como um acontecimento desta natureza, faz-se importante evidenciar como a vida cotidiana das pessoas foi afetada, destacando interpretações e formas como os sujeitos organizam o tempo, onde localizam o antes e o depois.

O represamento das águas do rio Gorutuba fez com que o temor se espalhasse entre muitos produtores rurais de Janaúba ocorrendo, até mesmo, segundo alguns entrevistados, a saída de donos de terras que não seriam atingidas pelo lago artificial que estava se formando. Maria Aparecida Neves Souza relatou que a população não foi “preparada” para as desapropriações

Auricharme: como sua família vivenciou a perda da terra?

Maria Aparecida: meu pai mesmo, coitado, saiu correndo. Teve muita gente que ficou doente e até morreu, lembrava da água chegando. Porque era um lugar que todo mundo nasceu e criou ali, plantava, fazia suas coisa, criava porco. Na casa do meu pai mesmo criava muito porco, porque ele vendia, tinha muito animal, tinha um arado pra trabalhar e então cê vê aquela destruição, a água chegou e foi destruindo tudo. Acabou com os sonhos da pessoa, porque o povo tinha suas casa. Papai mesmo tinha sua casa, eu mesma tinha uma casa e a água veio e destruiu tudo e não teve como aproveitar nada (MARIA APARECIDA, 2016).

Maria Aparecida, casada e mãe de cinco filhos, nasceu em 1953 na comunidade rural de Bico da Pedra (Janaúba). Ela relata que a família possuía uma propriedade de quinze alqueires onde os pais e irmãos desenvolviam diversas atividades agropecuárias. Após as desapropriações, a entrevistada foi, com a família, morar e trabalhar nos canaviais em São

Paulo. No início dos anos 2000, conseguiu comprar uma pequena propriedade em Nova Porteirinha e retornou para o Norte de Minas.

As narrativas são carregadas de sentimentalismos e emoções uma vez que os entrevistados não vivem o presente da forma como gostariam e remetem a certos aspectos do passado, principalmente o fato de terem uma terra própria, uma imagem de tranquilidade e abundância. Apesar de todos os problemas vividos, a exemplo das longas estiagens e dificuldades de produção, os trabalhadores tinham planos de viverem em suas antigas propriedades e ali criarem seus filhos. A igreja, o engenho de cana, a fábrica de farinha, o rio, as plantações, a criação de animais, a casa e as relações sociais eram patrimônios materiais e culturais que foram destruídos e não podiam ser ressarcidos pelo valor monetário oferecido por meio das indenizações.

Muitos não suportaram as desapropriações, dizendo que foram “arrancados” de suas terras, e acabaram contraindo doenças, como a depressão e a síndrome do pânico, e até faleceram, como salientado por Paulo

O meu avô ficou tão apaixonado que ele morreu. Depois que ele saiu da terra ele ficou perturbado. Muita gente morreu apaixonado, uns tomou veneno, outros enforcou ou atirou neles mesmo, desgostoso porque perdeu a terra. A minha família morreu quase toda apaixonada, os véi era acostumado na terra e depois da desapropriação houve muito problema. Além de ser pobre, fui desapropriado. Eles [o Dnocs] pegaram o povo de supetão e acabaram com tudo: carro de boi, engenho, riquezas, que as pessoas vivia na miséria, mas era riqueza (PAULO, 2016).

Paulo José de Souza nasceu em 1948 na comunidade rural de Jacaré Grande (Janaúba). Após a perda da terra, o entrevistado realizou diversas atividades na região, como pedreiro, vendedor, assalariado rural e auxiliar de saúde. Atualmente, vive da aposentadoria.

O sentimento de injustiça e indignação de Paulo não são motivados apenas pela “saída do campo”, um eufemismo criado pela classe dominante para justificar as desapropriações, mas principalmente devido à forma como este processo ocorreu. Ser “apaixonado” pela terra significa que aquele espaço fazia parte da constituição histórica, social e cultural dos sujeitos. A memória dos entrevistados está referenciada não apenas em um fazer, mas em um sentir-saber-fazer que transforma a vida no campo em algo maior do que o trabalho e a produção de alimentos.

A história oral é mediada por subjetividades que colocam o sujeito no centro do processo histórico, privilegiando não o fato em si, mas como experimentaram e quais significados oferecem aos acontecimentos, explorando os sentidos que o passado assume no presente

(KHOURY, 2009, p.125). A memória narrada por Paulo aparece como resistência em aceitar e conformar-se com a “riqueza” que foi perdida, parte dela atualmente submersa.

As indenizações foram definidas pelos entrevistados como “mixaria” ou “miséria” uma vez que não corresponderam às suas expectativas. Mesmo que a legislação considerasse que as desapropriações não poderiam afetar o patrimônio do expropriado, trazendo-lhe qualquer diminuição, os sujeitos narram que houve uma subavaliação e espoliação de suas propriedades.

O projeto de “Brasil grande” do regime militar fez com que diversas propriedades fossem consideradas de interesse nacional. Contudo, a lei não dizia respeito às formas e critérios que deveriam nortear as ações dos órgãos expropriadores, o que acabou gerando margem para que os documentos exigidos para pagamento aos expropriados de uma região fossem diferentes de outras. No Vale do Gortuba, uma reportagem do jornal *O Gortuba* dizia que

Com a finalidade de dar condições aos expropriados residentes no local onde está sendo construída a Barragem do “Bico da Pedra” de desocuparem a área desapropriada, o Perímetro de Irrigação do Vale do Gortuba, através do Dr. Roberto Mauro Amaral, promoveu gestões junto a 4ª Diretoria Regional do DNOCS, no sentido de que as benfeitorias existentes nas áreas a serem desocupadas fossem pagas separadamente da terra nua, uma vez que a maioria dos expropriados não têm a documentação necessária para a transferência de domínio, legalizada.

Esclarecemos, entretanto, que encontram-se devidamente empenhadas as importâncias relativas à terra nua de cada expropriado e para o recebimento, torna-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

- 01- Escritura pública ou particular do imóvel ou formal de partilha, etc.;
- 02- Certidão atualizada do Registro do Imóvel;
- 03- Certidão negativa de dívidas para com o Imposto de Renda;
- 04- Certidão de casamento, quando for o caso;
- 05- Título de Eleitor;
- 06- Certificado de quitação junto ao INCRA;
- 07- Certidão negativa de ônus sobre o imóvel;
- 08- Certidão de quitação com o Funrural.

No caso de espólios, torna-se imprescindível que seja requerido o competente arrolamento (O GORTUBA, 1977, p. 02).

Todas as exigências acima constituíam obstáculos para que os produtores rurais recebessem uma indenização considerada “justa”. Como o Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969, suprimia, nos casos de desapropriação por interesse social, a exigência de prévia indenização, os expropriados saíam da terra sem a garantia, por parte do órgão expropriador, de quando e quanto receberiam. Na maioria dos casos, os pagamentos foram realizados alguns meses após a saída da terra.

Sendo o direito cartorial alheio à realidade dos pequenos agricultores, a maioria recebeu apenas pelas benfeitorias e não pela “terra nua”, um valor considerado irrisório que não foi

suficiente para eles adquirirem outras terras na região, diante da especulação imobiliária em curso ocasionada pelos investimentos e infraestrutura que estava sendo construída.

O custo econômico das desapropriações não foi alto devido ao fato de que a maioria dos produtores rurais não tinha todos os documentos exigidos e suas benfeitorias eram consideradas baratas por serem, em sua maioria, simples e/ou precárias. De acordo com relatórios da Codevasf (1978, p.04), na construção da Barragem do Bico da Pedra, o Governo Federal investiu cerca de 130 milhões de cruzeiros e 200 milhões na implantação do projeto de irrigação do Gorutuba. Como os gastos com as desapropriações foram de quase Cr\$ 28 milhões, concluiu-se que a “questão social” correspondeu apenas a 8,84% do orçamento total para viabilizar a agricultura irrigada na região.

Um preço justo passava, segundo os entrevistados, pela realização de reuniões onde eles fossem ouvidos e que o dinheiro pago lhes permitisse comprar terras ou residências em outros lugares. Os valores de cada benfeitoria já estavam previamente estabelecidos em planilhas elaboradas no escritório das empresas, procurando impedir e/ou dificultar qualquer questionamento ou tentativa de negociação por parte dos produtores rurais.

A forma unilateral como foram definidos os valores das indenizações geraram, entre os produtores rurais, o sentimento de que foram duplamente espoliados. Além de perderem a terra, o pagamento irrisório pelas suas benfeitorias fez com que eles entendessem que houve um total descaso dos órgãos governamentais por suas vidas, experiências e valores. Sem nenhuma lei que os amparassem após as expropriações, os trabalhadores de Janaúba e Porteirinha se viram diante de um aparelho jurídico-político-militar que se mostrava insensível aos seus apelos sentimentais e morais na busca pela legitimação e posse territorial.

Uma estratégia usada pelos órgãos expropriadores para impedir a mobilização social dos proprietários rurais foi, além da sonegação de informações, a busca por negociações individuais. Estes sujeitos eram convocados para reuniões com o setor jurídico do Dnocs ou da Codevasf na cidade de Janaúba, um local distante de suas residências e onde eles se sentiam estranhos, isolados e impotentes.

A responsável pelos pagamentos era a advogada da Codevasf. Os entrevistados a definem como uma mulher insensível e arbitrária que atuava por todos os meios, legais ou não, para garantir que as desapropriações ocorressem. De acordo com Juvênia,

A advogada da Codevasf ameaçava o povo, porque muitos ficava escorando para não assinar, pra não receber aquilo que ela queria pagar, aí ela falava assim: ó, se cês não assinar eu cancelo seus pagamento, aí muitos assinaram pra receber uma mixaria. Era a advogada que ajeitava os papel tudo pro povo

assinar, mas orientada pelos grandes da Codevasf. O povo tudo xinga ela, falou que quando ela morrer ela vai pro inferno porque ela roubou o povo (JUVÊNCIA, 2016).

Juvência Fernandes de Souza nasceu em 1934, na comunidade rural de Ceará (Porteirinha). Após perder os 25 hectares de terras devido às desapropriações, migrou para Goiás, permanecendo naquele Estado por pouco tempo, pois, segundo ela, “não deu certo eu trabalhar de empregado, porque eu nunca tinha trabalhado de empregado.” No ano de 1984, retornou para a Nova Porteirinha, onde atualmente mora em uma terra de 10 hectares.

Juvência salientou que a advogada ameaçava cancelar os pagamentos dos agricultores caso eles se recusassem a assinar os documentos apresentados, fazendo com que, diante do medo, pressões e intimidações, eles aceitassem o valor das indenizações, pois, caso contrário, corriam o risco de “ficar sem nada”.

Nas entrevistas com os atingidos foi possível compreender que eles interpretam as benfeitorias como elementos que possuíam um valor monetário, diferentemente do direito à terra. O direito, por solidificar-se em aspectos subjetivos, imateriais e simbólicos, ultrapassa o valor da benfeitoria, que é objetivo, visível e abrange prioritariamente a economia.

Esta distinção entre direito e benfeitoria é de fundamental importância para se entender o conflito entre agricultores e agentes de Estado no Vale do Gorutuba. Apesar de muitas vezes as benfeitorias aparecerem em primeiro plano, a luta é por um direito que não é negociável. Se a noção de pertencimento do produtor rural estivesse solidificada nas benfeitorias e não no direito à terra, o conflito seria resolvido simplesmente com o aumento das indenizações. A terra, ao ser convertida e avaliada apenas como mercadoria/valor de troca, é colocada somente como elemento de acumulação e reprodução do capital, negligenciando os interesses e demandas dos trabalhadores.

Considerações Finais

Esta pesquisa evidenciou como a construção da barragem do Bico da Pedra e do projeto de irrigação do Gorutuba se apresentou, por parte de diversos sujeitos e aparelhos privados de hegemonia, como alternativa viável-econômica, social e ambiental- para uma região exibida pelo discurso dominante como flagelada, arcaica, miserável e carente devido às longas estiagens e esquecimento por parte dos governos federal e estadual. Justificando tais obras como sendo de “interesse social” e “utilidade pública”, agentes e agências governamentais negligenciaram

mecanismos de exclusão inerentes ao seu processo, como as desapropriações, em muitos casos forçadas, e a indenização irrisória oferecida aos produtores rurais.

A produção do consenso quanto à importância da agricultura irrigada envolveu diferentes aparelhos: imprensa, sindicato patronal, agências e agentes estatais que atuavam na sociedade civil e política. A complexidade delineada e a necessidade de compreender a dinâmica de constituição da hegemonia colocam os produtores rurais dentro de um movimento de reorganização e negociação de interesses, vivências e posicionamentos de modo que suas faltas manifestam o caráter político de suas ações pela terra e os lugares de cada agente envolvido neste processo.

Não existe desenvolvimento social e sustentável dentro de um sistema econômico que se propõe transformar tudo em mercadoria, sendo que a lei do “salve-se quem puder” é a base de seu manual de sobrevivência. Assim, faz-se necessário e urgente criar alternativas de desenvolvimento e de sociedade fora dos modelos e concepções consolidadas pelo capitalismo onde pessoas e recursos naturais são resumidos a valores de troca e descartáveis segundo princípios de lucro e acumulação.

Referências

A classe rural sindicalizada. *O Gorutuba*. Janaúba, 13 ag. 1967.

ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun. *História Oral e Memória: Entrevista com Alessandro Portelli*. In: Revista *História e Perspectivas*, nº 25/26. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

AMADO, Janaina. *Região, nação, sertão*. In: Revista *Estudos históricos*, v.8, nº 15, Rio de Janeiro, 1995.

BANCO MUNDIAL. *Impactos e externalidades sociais da irrigação no semiárido brasileiro*. Brasília, 2004.

Barragem Bico da Pedra. *O Gorutuba*. Janaúba, 31 mar. 1968.

Barragem do Bico da Pedra. *O Gorutuba*. Janaúba, 29 set. 1968.

Bico da Pedra. *O Gorutuba*. Janaúba, 14 mar. 1971.

Bico da Pedra, um sonho realizado. *Revista Montes Claros em foco*. Montes Claros, abr. 1979

CASTRO, Ana Célia et al. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília: BINAGRI, 1979.

CODEVASF. *Projeto de Irrigação do Vale do Gorutuba*. Montes Claros: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1978.

_____. *Informações gerais sobre o perímetro de irrigação do Vale do Gorutuba*. Pessoal, desapropriações, estágio das obras da barragem e setor de irrigação. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. 1977.

_____. *1ª Diretoria Regional (DR). 13 anos: 1977-1990*. Integração ao desenvolvimento do Vale do São Francisco. Gestão Roberto Mauro Amaral. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. 1990.

Codevasf vai aplicar 300 milhões na região em 77. *Diário de Montes Claros*. Montes Claros, 02 mar. 1977.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Norte de Minas*. (Mimeografado). Montes Claros: Grupo de Estudos Ambientais. 33 Fls. 1989.

Desapropriação na margem esquerda do Gorutuba. *O Gorutuba*. Janaúba, 26 abr. 1981.

DIAS, Lucimar Sales; LEITE, Marcos Esdras; ROCHA, André Medeiros. *Análise da ocupação no entorno da Barragem Bico da Pedra*, no município de Janaúba/MG. *Revista Cadernos de Geografia*. Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 25, n. 44, p.221-236, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-ed., Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GKHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel, Paraná: Edunioeste, 2009.

LESSA, Simone Narciso. *Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. Dissertação (Mestrado em História). 252 Fls. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1993.

MINAS PEDE A SUDENE PARA COMBATER A SÊCA. *O Gorutuba*. Janaúba, 07 mar. 1971.

MOURA, Auricharme Cardoso de. *Política Desenvolvimentista e Mundo dos Trabalhadores: hegemonia e contra-hegemonia às margens do rio Gorutuba-MG (1950-2016)*. 354 fls. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

OLIVA, Osmar Pereira (Org.). Esse povo do deserto: os sertões de Minas Gerais nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, George Gardner, Richard Burton e Maurice Gaspar. In: *Os nortes e os sertões literários do Brasil*. Montes Claros: Unimontes, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

PEREIRA, Laurindo Mekie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PONTES, Osvaldo José. *O trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação do Nordeste Semi-árido*. Brasília: Ministério do Interior, 1978.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo, Niterói, RJ, v. 1, n.2, p.59-72, 1996.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento*. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 80, mar. 2008, p. 110. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100008>. Acesso em: 12 Julho2017.

Sêca leva pânico ao norte-mineiro. *O Gorutuba*. Janaúba, 28 fev. 1971.

Sindicato Rural de Janaúba. *O Gorutuba*. Janaúba 9/11 mar. 1979.

SUDENE e Janaúba. *O Gorutuba*. Janaúba, 01 out. 1967.

Entrevistas

Juvênciã Fernandes de Souza
Maria Aparecida Neves Souza
Paulo José de Souza

¹ José Osvaldo Pontes é engenheiro civil e eletrotécnico. Foi Diretor Geral do Dnocs entre os anos de 1974 a abril de 1985.

² Na época da construção do perímetro irrigado do Gorutuba, Nova Porteirinha era um distrito pertencente ao município de Porteirinha. Através da Lei nº 12.030, de 21/12/1995, Nova Porteirinha foi emancipada politicamente.

³ De acordo com Marcos Fábio Martins de Oliveira (2000, p.44-45), a região do “Polígono das Secas” foi definida em 1936, não incluindo o Norte de Minas. Isso só seria feito em 1946 pelo Decreto-Lei nº 9.857 devido à interferência do Deputado Federal Vasconcelos Costa, junto ao Presidente Dutra, para que a região norte-mineira fosse incluída no Polígono das Secas. Conforme Marcos Fábio, o referido Deputado estava atendendo a uma solicitação enviada pelos prefeitos da região, liderados pelo então prefeito de Francisco Sá, Feliciano Oliveira.

⁴ Vale do Gorutuba recebe este nome devido ao rio que corta a região homônima. O Vale abrange os municípios de [Janaúba](#), Porteirinha, [Nova Porteirinha](#) e [Riacho dos Machados](#).

⁵ Inicialmente, os trilhos da E.F.C.B passaram por localidades ribeirinhas, como Várzea da Palma e Pirapora (1910), e posteriormente por municípios distantes do rio São Francisco. O trecho de Janaúba-Monte Azul foi inaugurado em 1947. Por intermédio do “Plano SALTE”, do governo Eurico Gaspar Dutra, foram liberados recursos para o término das obras entre Monte Azul a Brumado-Bahia.

⁶ Gramsci (2000) descreve que os aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, escolas, imprensa, partidos políticos, organizações profissionais, etc. constituem um conjunto de organismos de participação política que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. A sociedade civil é indissociável dos aparelhos privados de hegemonia- as formas concretas de organização de visões de mundo, da

consciência social, de formas de ser, de sociabilidade e de cultura, adequadas aos interesses hegemônicos (burgueses).

⁷ O jornal “*O Gorutuba*” foi criado em 14 de fevereiro de 1965 por José Everaldo de Menezes, Orlando Antunes e José Maria Bicalho Brandão (conhecido por Bicalho Brandão) que exerceriam, respectivamente, as funções de secretário, gerente e diretor. Após a morte de Bicalho Brandão, em 1974, a direção do jornal foi assumida por seu filho Raimundo Brandão e circulou até 1987, ano em que a gráfica foi vendida para um advogado e empresário de Janaúba. O noticiário manteve-se como porta-voz de frações da classe dominante que defendiam projetos tidos como desenvolvimentistas para o Norte de Minas, em especial para o Vale do Gorutuba.

⁸ Em 1959, data de criação da Sudene, não constava que o Norte de Minas estaria incluída em sua área de atuação. Laurindo Mekie Pereira (2007, p. 49-52) salienta que as relações entre as lideranças regionais e a cúpula da política mineira foram fundamentais para a inclusão da região na área de atuação da Superintendência.

⁹ O Ministério do Interior foi criado em 1967, no governo de Castelo Branco, e extinto em 1990 no mandato do presidente Fernando Collor. Entre suas principais competências estavam o saneamento básico, proteção contra as secas, assistência às populações atingidas por calamidades públicas, criação de obras de irrigação, assistência ao índio e o Programa Nacional de Habitação (PNH).

¹⁰ Edgar Martins Pereira nasceu em Brasília de Minas (MG) no dia 31 de outubro de 1912. Foi comerciante, industrial, agricultor e Deputado Federal (1967-1973) pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Foi membro efetivo das comissões de Orçamento e de Política Salarial e suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. Faleceu no dia 11 de abril de 1973, no exercício do mandato.

¹¹ Simeão Ribeiro Pires foi fazendeiro (possuindo terras, inclusive, em Janaúba), industrial, engenheiro civil, escritor, professor de química e de história, membro da Academia montesclarensense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, prefeito de Montes Claros (1959-1963) e vereador (1965-1966/1967-1970) pelo mesmo município. Publicou os seguintes livros: “*Raízes de Minas*” (1979), “*O padre e a bala de ouro*” (1982) e “*Serra Geral: diamantes, garimpeiros e escravos*” (2001, obra póstuma), estes dois últimos tem o espaço gorutubano como cenário principal.

¹² O jornal *Diário de Montes Claros* (1977, p.01) destacou que 30% do orçamento global da Codevasf, no ano de 1977, para todo o Vale do São Francisco, o que correspondia a 300 milhões de cruzeiros, seria destinado aos projetos de irrigação que estavam sendo construídos no Norte de Minas (Janaúba, Jaíba e Pirapora), sendo que a maior parte, 150 milhões, seria investido na construção da barragem do Bico da Pedra e no Projeto de Irrigação do Gorutuba.

¹³ Utilizamos, a partir de considerações tecidas por Portelli (1996), as narrativas mais representativas, aquelas que abriram e delinearão maiores possibilidades para compreensão do movimento histórico-social a partir de subjetividades socialmente compartilhadas.

Artigo recebido em 01 de fevereiro de 2020
Aceito para publicação em 20 de maio de 2020